

Estudo Técnico Preliminar 82/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: S 23188.002702.2024-68

2. Informações complementares

Número do processo SUAP: 23188.002702.2024-68

Demandante: *Reitoria do IFMT - Gabinete do Reitor*

Responsável: *Leone Covari*

Objeto: *Contratação de empresa especializada na construção da sede do campus Água Boa.*

Fundamentação Legal: *Lei 14.133/21*

Classificação do objeto: *Serviço de Engenharia*

Modalidade: *Concorrência Eletrônica*

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias oferecidas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos (SEGES/MPOG, 2017). Com o advento da Instrução Normativa 58, de 08 de agosto de 2022, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, definiu regras na instrução processual para contratações de serviços para a realização de tarefas executivas sob o regime de execução indireta por órgãos da Administração Pública, onde o IFMT está inserido. Neste contexto, o presente documento apresenta os estudos preliminares realizados pela equipe do IFMT, Diretoria Sistêmica de Planejamento e Captação de Recursos (DSPLAN), Escritório de Infraestrutura (EINFRA), que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, com todas as etapas previstas na referida Instrução Normativa.

Atualmente, o IFMT dispõe, além da Reitoria (unidade administrativa), dezenove campi localizados nos municípios de Cuiabá, Campo Verde, Cáceres, Pontes e Lacerda, Campo Novo do Parecis, Juína, Confresa, Rondonópolis, Sorriso, Várzea Grande, Barra do Garças, Primavera do Leste, Alta Floresta, Tangará da Serra, Diamantino, Lucas do Rio Verde, Sinop e Guarantã do Norte. Ainda possui cinco Centros de Referência, nas cidades de Campo Verde, Jaciara, Paranaíta, Canarana e Poconé. Neste ano de 2024, para dois desses (Canarana e Campo Verde) foi anunciada a transformação em Campus, além do anúncio da criação do Campus Água Boa e do campus Colniza.

Esta estudo técnico preliminar trata exclusivamente da construção do campus Água Boa.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria Sistêmica de Planejamento e Captação de Recursos.	Leone Covari
Gabinete do Reitor	Julio César dos Santos

4. Descrição da necessidade

Campus Água Boa.

O IFMT possuía no início de 2024, 19 campi. Com o anúncio da fase 4 da expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, Água Boa.

Sua história começou em dezembro de 2024, quando a prefeitura daquele município e parlamentares de Mato Grosso conquistaram junto ao IFMT e o Ministério da Educação o anúncio de criação do campus.

Atualmente, o recém criado campus Água Boa participa, pela primeira vez, da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) onde prevê a abertura de novos cursos. O PDI está sendo construído através do levantamento de demanda, levando em consideração a vocação e os arranjos produtivos locais e deve considerar a tipologia 40/26, sendo 40 professores e 26 técnicos administrativos.

Em Água Boa, o IFMT possui uma área própria, sem nada construído. Para recepcionar essa expansão, o campus precisa pensar sua infraestrutura, que comporte as perspectivas de expansão na oferta de cursos e incremento de servidores.

Sobre a infraestrutura, deve-se pensar num ambiente contendo laboratórios, salas de aula, convivência, qualidade de vida. biblioteca, auditório, quadra de esporte, refeitório, e demais iniciativas de infraestrutura que permitam oferecer uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Contextualização técnica para a construção da sede própria do IFMT:

Espaço adequado: Uma sede própria pode ser projetada para atender às necessidades específicas do campus, incluindo espaços de demonstração e exposição, espaços administrativos, áreas de convivência e instalações esportivas, proporcionando um ambiente mais adequado para a gestão administrativa, das pessoas, do ensino, da pesquisa e da extensão.

Infraestrutura especializada: Uma sede própria pode ser planejada para incluir infraestrutura especializada, como auditórios, ambientes coworking, centro de distribuição, expositores, saúde e qualidade de vida.

Autonomia e controle: Ter uma sede própria dá ao campus maior autonomia e controle sobre suas instalações, permitindo adaptações e expansões de acordo com as necessidades específicas da instituição, sem depender de locações ou espaços compartilhados.

Identidade institucional: Uma sede própria pode contribuir para fortalecer a identidade e a presença do Instituto Federal no Estado de Mato Grosso e no município, transmitindo uma imagem de estabilidade e compromisso com a educação e o desenvolvimento regional.

Eficiência operacional: Uma sede própria pode ser projetada visando eficiência operacional, com layout otimizado, sistemas de segurança e tecnologia da informação integrados, refrigeração automatizada, geração solar própria, uso e reúso eficiente de água e resíduos, resultando em custos operacionais mais baixos a longo prazo.

Adequação às normas e regulamentações: Ao construir uma sede própria, é possível garantir que as instalações atendam plenamente às normas e regulamentações aplicáveis, incluindo acessibilidade plena, proporcionando um ambiente seguro e adequado para suas atividades institucionais.

Contextualização política para construção da sede própria: O IFMT é, hoje, a maior instituição de educação pública do Estado de Mato Grosso. No cenário estadual da educação profissional e tecnológica, a construção do campus Água Boa pode promover:

Fortalecimento da imagem institucional: A construção de uma sede própria pode ser vista como um símbolo do compromisso do Governo Federal com a educação e o desenvolvimento regional, fortalecendo a imagem do Instituto Federal como uma instituição sólida e comprometida com a comunidade.

Emprego e geração de renda: A construção da sede própria pode gerar empregos diretos e indiretos durante a fase de construção, bem como oportunidades econômicas contínuas após a conclusão, contribuindo para a formação profissional e a geração de renda na região.

Apoio à pesquisa e inovação: Uma sede própria pode ser apresentada como recado à sociedade do compromisso com ambientes inovativos e o desenvolvimento regional, destacando o compromisso do governo com a promoção da ciência, tecnologia e inovação.

Atendimento às demandas da comunidade: A construção de uma sede própria pode ser vista como uma resposta às demandas da comunidade externa por educação de qualidade, demonstrando sensibilidade às necessidades da população e o compromisso em atendê-las. Com a comunidade interna, haverá reflexos positivos na qualidade de vida e de trabalho do servidor.

Articulações institucionais: A viabilização de uma obra desse vulto pode agregar ao IFMT a proximidade com parlamentares estaduais e federais que vislumbram na educação profissional e tecnológica o alicerce para o desenvolvimento econômico do estado, além do próprio governo de estado e do município, na ampliação de parcerias com as instituições da região.

Neste conjunto de contextos, a construção foi pensada para ser licitada e executada em terreno próprio do IFMT.

Trata-se de uma obra única, destinada a receber as primeiras atividades pedagógicas e administrativas do campus, para a qual estão previstos 40 professores, 26 técnicos administrativos em educação, e 800 alunos distribuídos nos diversos cursos e eventos do campus.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Objeto: Trata-se de uma obra civil nova, composto por edificação mais equipamentos inerentes ao objeto, a ser contruída em terreno nú, contendo desde sondagem até a entrega definitiva da obra completa para uso.

Forma de seleção do fornecedor:

1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Do critério de julgamento

Entre os pontos que devem ser analisados está o critério de julgamento que será empregado no certame. Conforme legislação vigente, os critérios de julgamento disponíveis são:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto;

Considerando que a obra a ser executada não é dotada de complexidade acima do normal para a área de construção civil, entendemos que o critério de julgamento adequado para a contratação em apreço é o maior desconto sobre o preço global estimado pela administração, considerando a incidência linear do desconto em todos os itens da planilha de formação de preços.

Quanto à modalidade, esta solução encontra respaldo na Lei 14.133/21, que prevê:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 a Lei 14.133/21, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

A complexidade da obra também deve ser levada em consideração quando da definição da modalidade da licitação: quanto mais complexa a obra ou serviço a ser contratado, tanto maiores devem ser as exigências de habilitação, o que influencia diretamente na modalidade a ser escolhida.

Diante dos apontamentos acima, o valor estimado da obra é o fator preponderante para a definição de qual modalidade deverá ser escolhida para a realização do certame licitatório. Pelo valor estimado apresentado, a presente obra poderia ser licitada através da modalidade de concorrência.

Ao excluir o pregão como modalidade licitatória para obras e serviços de engenharia, resta, pela Lei, a concorrência como instrumento adequado, visto a não aplicabilidade do pregão ao objeto em estudo.

Quanto ao tipo de empreitada, tem-se:

O edital de licitação deve definir em qual regime se dará a contratação, nos termos do Art. 6º da Lei 14.133/2021:

XXVIII - empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

XXIX - empreitada por preço global: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total;

XXX - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional;

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário; II - empreitada por preço global; III - empreitada integral; IV - contratação por tarefa; V - contratação integrada; VI - contratação semi-integrada; VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

Tais regimes de contratação, elencados no Art. 46, apresentam no caso da obra, dois regimes mais adequados de ser utilizados: Empreitada por Preço Global ou Empreitada por Preço Unitário. Dessa forma, cabe analisar qual desses dois regimes é o mais adequado à realidade do Campus e ao contexto da obra.

O Quadro 01 apresenta as principais vantagens e desvantagens do Regime de Empreitada por Preço Global. O Quadro 02, por sua vez, apresenta as vantagens e desvantagens do Regime de Empreitada por Preço Unitário.

Quadro 01 – Vantagens e desvantagens do Regime de Empreitada por Preço Global

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL		
Vantagens	Desvantagens	Indicação
· Simplicidade nas medições (utilização de etapas);		

<ul style="list-style-type: none"> · Menor custo para a Administração durante a fiscalização da obra; · Valor final do contrato é, em princípio, fixo; · Restringe os pleitos da contratada e a consequente celebração de aditivos; · Dificulta o jogo de planilha; · Incentiva o cumprimento de prazo, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa. 	<ul style="list-style-type: none"> · Em função dos riscos serem maiores, existe uma tendência dos preços ofertados pelas licitantes também serem mais altos; · Tendência de haver maior percentual de riscos e imprevistos no BDI do construtor; · O projeto básico utilizado para a contratação deve possuir elevador grau de detalhe. 	<ul style="list-style-type: none"> · Contratação de estudos e projetos; · Elaboração de pareceres e laudos técnicos; · <u>Obras que apresentam boa precisão na estimativa de quantitativos;</u> · <u>Construção de edificação;</u> · Linhas de transmissão.
--	--	--

Grifo nosso.

Quadro 02 – Vantagens e desvantagens do Regime de Empreitada por Preço Unitário

EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO		
Vantagens	Desvantagens	Indicação
<ul style="list-style-type: none"> · Paga-se apenas pelos serviços efetivamente executados; · O risco para a contratada é menor, uma vez que não há risco relacionado aos quantitativos; · Em função do menor risco, a contratação pode ocorrer por um preço menor; · O grau de detalhamento do projeto pode ser inferior ao necessário para contratar-se por empreitada por preço global. 	<ul style="list-style-type: none"> · Necessário maior rigor nas medições dos serviços; · Maior custo para fiscalização da obra; · Permite com maior facilidade o jogo de planilha; · Necessidade de um maior número de aditivos; · Maior incerteza quanto ao preço final do contrato; · Não incentiva o cumprimento de prazos, pois independentemente de atraso ou não, ocorre o pagamento por tudo que foi feito. 	<ul style="list-style-type: none"> · Serviços de gerenciamento e supervisão de obras; · Obras que apresentam incertezas intrínsecas nas estimativas de quantitativos; · Implantação, pavimentação, duplicação e restauração de rodovias; · Canais, barragens, adutoras e obras de saneamento; · Obras portuárias, dragagem, e derrocamento; · Reforma de edificações.

Portanto, considerando os fatores acima, considerado ser uma edificação nova, com sondagem de terreno e topografia, optou-se pela empreitada por preço global pois, da análise dos projetos observou-se ser possível definir com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados, conforme se abstrai do Acórdão TCU nº 1.977/2013 – Plenário, entende-se ser cabível a adoção do **Regime de Empreitada por Preço Global**, pois, com esse procedimento, vislumbra-se que as empresas serão compelidas a realizar uma análise acurada dos projetos e orçamentos que instruem o Projeto Básico, levando, portanto, as mesmas a apontarem as falhas antes da realização do certame, o que diminuiria ou até mesmo eliminaria a necessidade de celebração de termos aditivos durante a execução do contrato. Também viabiliza o adequado gerenciamento da obra e evita o desperdício de recursos, afastando riscos de eventuais prejuízos à administração e/ou de comprometimento da qualidade do produto final.

Neste processo, em análise da possibilidades legais, define-se a empreitada por preço global, por força do Artigo 46, §9º da Lei 14.133.

SUBCONTRATAÇÃO

Pelas características do objeto, e pela previsão tabulada no artigo 122 da Lei 14.133/2021, a subcontratação pode ocorrer em serviços específicos onde a contratada pode encontrar melhor qualificação técnica para sua implementação. Os critérios para subcontratação de obras incluem a observância das leis e regulamentos de licitação, a capacidade técnica e financeira da empresa subcontratada, a conformidade com as normas de segurança e qualidade, a regularidade fiscal e trabalhista, incluindo, também, todos os demais critérios de elegibilidade cumpridos pela contratada no ato da homologação.

Com relação à contratada, e de acordo com a legislação brasileira, o limite máximo para subcontratação de parte da obra pode ser fixado pela Administração. No caso, indica-se a possibilidade de subcontratação de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, dado às características da obra que envolvem instalações de equipamentos e serviços técnicos especializados.

Em havendo subcontratação, a Administração deverá dar especial atenção ao ditames da Lei Complementar 123/2006, Art. 48, que indica:

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

A participação de empresas em consórcios no certame não será permitida, em razão de que a complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

Nos termos dos Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006, c/c Art. 6º do Decreto 8.538/2015, esta licitação não é de participação exclusiva de ME/EPP, visto que a concessão do benefício de tratamento diferenciado/simplificado para ME/EPP não se enquadra ao objeto em licitação, considerando que o seu valor é maior que o disposto no inciso I (R\$ 80.000,00). Todavia, serão asseguradas as prerrogativas constantes dos Arts. 42 a 46 da Lei Complementar 123/2006.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

A Lei 14.133/21 enfrenta a questão em duas vertentes: O seguro-garantia da obra previsto no Art. 6º, e cláusula de retomada do Art. 99º e disciplinada no Art. 102, conforme abaixo:

Art. 6º, LIV - seguro-garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado;

Art. 99. Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada prevista no art. 102 desta Lei, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato.

Art. 102. Na contratação de obras e serviços de engenharia, o edital poderá exigir a prestação da garantia na modalidade seguro-garantia e prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato.'

I - a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

- a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) acompanhar a execução do contrato principal;

c) ter acesso a auditoria técnica e contábil;

d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

II - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

Parágrafo único. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

Assim, esta contratação, pelas suas características, por não ser uma contratação de grande vulto, não prevê a exigência de seguro-garantia com cláusula de retomada, mas, apenas, o seguro garantia previsto no Artigo 6º da Lei 14.133/21.

'Art. 6º, LIV - seguro-garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado;'

VISTORIA

Conforme previsão legal, o artigo 63 da Lei 14.133 disciplina a matéria, sendo:

§ 2º Quando a avaliação prévia do local de execução for imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o edital de licitação poderá prever, sob pena de inabilitação, a necessidade de o licitante atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

Para fins desta licitação, entende-se como desnecessário a vistoria prévia ao local, uma vez que os dados de sondagem e de topografia existentes no processo permitem a fiel e plena avaliação das condições e características do solo e sua topografia para fins de proposta de valor.

No caso de não haver vistoria presencial, o parágrafo terceiro disciplina a matéria, prevendo:

§ 3º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Para fins desta licitação, indica-se a previsão no edital dos critérios de substituição da vistoria postos acima.

Em caso de algum licitante formalizar pretensão de vistoria prévia, este estudo indica a previsão em edital dos termos do parágrafo quarto, conforme a seguir:

§ 4º Para os fins previstos no § 2º deste artigo, se os licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a Administração deverá disponibilizar data e horário diferentes para os eventuais interessados.

HABILITAÇÃO

Trata-se de uma obra de engenharia baixa complexidade, com muitas empresas no mercado capacitadas para realizá-las. Para fins de habilitação técnica, aplica-se, no que couber, os requisitos do Artigo nº 67 da Lei 14.133/21, onde versa:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, CREA ou CAU, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

...

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

...

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

...

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do caput deste artigo.

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do caput deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Especificamente, para a presente obra, entende-se como comprovação mínima necessária, o atendimento a todos os seguintes critérios:

1. que tenha realizado edificações com piso em porcelanato ou cerâmica, em metragem que somada tenha no mínimo de 30% da metragem prevista para esta obra.
2. que tenha realizado edificações com estrutura de concreto (Execução de fundações, pilares, vigas e lajes em concreto armado), em metragem que somada tenha no mínimo de 30% da metragem prevista para esta obra.
3. que tenha realizado edificações em estrutura metálica (Montagem de estruturas metálicas, incluindo vigas, colunas e coberturas), em metragem que somada tenha mínimo de 30% da metragem prevista para esta obra.
4. que tenha realizado edificações com instalações elétricas com metragem que somada tenha no mínimo de 30% da metragem prevista para esta obra.

LOCAL DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O local de prestação do serviço está situado em área própria do IFMT, no perímetro urbano da cidade de Água Boa, situado em loteamento novo. A área foi recebida por doação de uma incorporadora, após edital de chamamento público.

Sobre a questão da matriz de alocação de risco

A definição do modelo de execução consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.

Segundo a Lei 14.133/21, são muitas as opções de modelos de execução do objeto, sendo que neste processo, em análise das possibilidades legais, definiu-se a empreitada por preço global, por força do Artigo 46, §9º da Lei 14.133.

Além da previsão legal, a execução por empreitada por preço global indica algumas vantagens e desvantagens. Todos esses argumentos já foram enfrentados e vencidos acima. No confronto entre vantagens e desvantagens, a contratação tende a ser mais vantajosa para a Administração pública, ao medir-se o custo final da obra e o esforço na fiscalização.

A contratação em questão trata de uma contratação por preço global. Pelo valor, não se trata de uma obra de grande vulto (acima de 200 milhões de reais). O confronto entre estes dois critérios foi o alicerce para que a equipe técnica optasse pela desnecessidade de elaboração da matriz de alocação de riscos.

6. Levantamento de Mercado

O IFMT é uma autarquia em expansão, sendo hoje, a maior instituição de ensino no estado de Mato Grosso, com capilaridade em mais de 22 municípios e ofertando todos os níveis e modalidades de ensino de educação profissional e tecnológica. Dotar esta instituição de condições adequadas à boa prestação do serviço em sua cadeia de valor, requer infraestrutura adequada e pessoas capacitadas nas mais diversas funções. Para boa acomodação da estrutura organizacional e das pessoas, buscou-se espaços com qualidade e custo benefício pertinentes à boa governança.

Neste viés, algumas iniciativas foram dadas:

Como ato de governança corporativa e participativa, realizou-se reuniões com os profissionais do IFMT destacados na Portaria que instituiu a Comissão de Planejamento desta contratação, com levantamento do **Programa de Necessidades** entre os setores e servidores, buscando identificar as necessidades de espaço e organização e as características desejáveis do novo prédio.

Com o programa de necessidades definido, uma empresa especializada para elaboração do projeto arquitetônico e demais projetos complementares de engenharia iniciou os trabalhos de elaboração de projetos, planilhas orçamentárias e demais documentos necessários e suficientes para composição da presente licitação.

Em 12 de março de 2024, o governo federal anuncia a criação de 100 novos campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), sendo um deles, o campus Água Boa.

Sendo o IFMT um dos institutos federais que recebeu novas escolas na expansão IV, e que estas escolas ainda não possuem sede própria ou adequada, e não encontrando edificações adequadas às demandas do IFMT, este Estudo Técnico Preliminar trata da viabilidade técnica da construção da sede do campus no município de Água Boa, em terreno próprio do IFMT.

Para subsidiar em parte a tomada de decisão, foi realizada audiência pública naquele município, buscando anunciar a criação do campus, a construção do prédio principal (Fase 1) e coletar da comunidade os anseios existentes com o anúncio do campus.

Por força da criação do campus, a presente contratação visa executar uma obra de engenharia de baixa complexidade, cujos parâmetros construtivos são amplamente conhecidos e aplicados pelas empresas do ramo. Portanto, não se faz necessária ampla prospecção junto ao mercado de soluções que possa atender à demanda apresentada.

7. Descrição da solução como um todo

O que o IFMT busca é a construção do prédio principal para a sede do campus, onde possa desenvolver, num único espaço, todas as suas atividades administrativas e pedagógicas, distribuídas em espaços e ambientes que valorizem a servidor público, o público interno e externo, prestadores de serviço e viabilizem a melhor entrega de valor à sociedade.

Trata-se de contratação de empresa especializada de arquitetura e urbanismo e/ou engenharia para a construção da sede do campus do IFMT, com o fornecimento de material, mão de obra, ferramental e todos os equipamentos necessários à perfeita execução da obra.

Da leitura do Art. 6º da Lei 14.133/21, consideram-se:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Assim, observa-se que a lei buscou diferenciar este dois conceitos pela necessidade que a obra tem de ser uma intervenção que exige assinatura com responsabilidade técnica de um profissional da arquitetura ou da engenharia.

Neste caminho, o Escritório de Infraestrutura, por sua representante técnica, classifica a presente contratação como uma obra, por força do Art. 6º, XII da Lei 14.133/2021.

Dentre os espaços mínimos requeridos, estão:

Ambientes administrativos para Gestão de Pessoas; Administração; Tecnologia da Informação; Assistência Estudantil; almoxarifado e outros. Ambientes pedagógicos para Ensino; Pesquisa; Extensão; Completam o programa de necessidades, ambientes para biblioteca, auditório, circulação, estruturas de atendimento, espaço para terceirizados, área de convivência e qualidade de vida, recepção, espaço de exposições, garagem para carros oficiais, DML, área de acesso e de atendimento ao público, espaço coworking.

Dentre os conceitos que a obra deve apresentar, estão sustentabilidade, traduzido no uso de materiais de baixo impacto, geração própria de energia, integração de ambientes, facilidade de manutenção, acessibilidade, ventilação e iluminação natural.

Os projetos originais em dwg estão em drive e, em pdf, no sistema SUAP. Geralmente, em processos licitatórios de obras, as empresas preferem arquivos .dwg ou similares editáveis para avaliar, mensurar e fazer suas propostas.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estima-se que para atendimento às necessidades do campus, a obra se comporá, nesta Fase 1, de um prédio de 5.180,96 m² mais a infraestrutura acessória, aos quais se acrescentam áreas de suporte, equipamentos úteis e necessários para seu funcionamento, urbanização, paisagismo, drenagem, iluminação, delineamento de perímetro e acessos.

O detalhamento dos quantitativos de insumos, serviços e equipamentos encontram-se pormenorizados nos projetos e planilhas anexas a este Estudo e está como anexo a este ETP, no SUAP.

Da análise do conjunto dos projetos, este Escritório de Infraestrutura, por meio de sua Engenheira Civil, atesta que o projeto executivo desta contratação de refeitório estudantil constitui o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

Os cronogramas físico-financeiros devidamente atualizados e assinados pelos profissionais competentes são anexados, em PDF, ao processo e disponíveis em drive, em arquivos editáveis, para que os licitantes tenham condições de analisar e montar suas propostas.

Acompanham os projetos e planilhas, as ART/RRT(s) devidamente assinadas pelos profissionais competentes.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 24.400.850,20

Na definição dos custos são utilizados os valores do Sistema SINAPI na elaboração do orçamento de referência desta obra, conforme se abstrai das planilhas inseridas no processo.

Atesta-se igualmente que, quando a tabela SINAPI não possibilitou o adequado subsídio à definição de valor do serviço ou do insumo, buscou-se valores nas demais tabelas de referência, ou em cotações, todas documentadas no processo.

Os projetos e planilhas orçamentárias devidamente atualizados e assinados pelos profissionais competentes são anexados, em PDF, ao processo e ficam disponíveis em drive, em arquivos editáveis, para que os licitantes tenham condições de analisar e montar suas propostas.

Os projetos e planilhas orçamentárias contendo a composição do Benefícios e Despesas Indiretas – BDI devidamente atualizados e assinados pelos profissionais competentes são anexados, em PDF, ao processo e ficam disponíveis em drive, em arquivos editáveis, para que os licitantes tenham condições de analisar e montar suas propostas.

O EINFRA, por meio de sua Engenheira Civil, declara também que a composição do BDI é compatível com os percentuais dos quartis médios definidos pelo TCU no Acórdão n. 2.622/2013;

O EINFRA, por meio de sua Engenheira Civil, declara também que foram orçadas planilhas comparativas desonerada e não desonerada, optando-se, no processo, no orçamento, pelo regime tributário mais favorável à Administração. No caso, o regime tributário mais vantajoso é o não desonerado.

As primeiras definições do programa de necessidades traduzidas no projeto arquitetônico sugerem um empreendimento em torno de R\$20.653.001,08 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, um real e oito centavos). Melhor definição, está delineada nas planilhas de composição de custos, inclusos equipamentos, instalações, valores de BDI.

A estimativa acima foi devidamente realizada por profissional habilitado da área de Engenharia Civil, conforme está documentado nos projetos de engenharia anexo a este Estudo, no SUAP.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Comparando as limitações orçamentárias inerentes à administração pública, geralmente distribuídas na LOA em anos sequenciais, com o programa de necessidades e o planejamento de ocupação do terreno, entende-se que o conjunto da obra pode ser dividido em fases distintas, a saber:

Fase 1, o prédio principal, incluindo instalações acessórias para seu funcionamento, como auditório, biblioteca, salas de aula, laboratórios, administrativo, pedagógico, lixeira, reservatório, estrutura de entrada de energia e outros.

Fase 2, urbanização e cercamento.

Fase 3: quadra de esportes.

Fase 4: refeitório e demais infraestrutura de suporte ao ensino.

A justificativa para tal divisão vem da especialidade que certas empresas possuem na oferta de serviços indicados na Fase 2, podendo redundar em contratação mais vantajosa para a Administração pública, podendo, ainda, serem contratações concomitantes vislumbrando o início de operação das atividades. O refeitório na fase 4 considera a necessidade de ter um quadro completo de servidores para abraçar todas as atividades administrativas que o campus vai requerer em seu início, inclusive treinamento de pessoas.

Vencidas questões orçamentárias, torna-se vantajoso para a Administração a contratação concomitante das fases listadas acima.

Feito este destaque, considera-se que esta contratação refere-se à Fase 1, o prédio principal.

Porém, para a Fase 1, não há parcelamento da contratação. Por se tratar de uma obra única, de baixa complexidade, com muitas empreiteiras em condições de entregar a obra nos prazos previstos, e com recursos garantidos no PAC, a Fase 1 foi pensada usando métodos construtivos conhecidos no mercado, sendo inviável o parcelamento.

Esses motivos técnicos, econômicos e funcionais apontam para o não parcelamento da contratação da Fase 1.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Antes da mudança para o novo prédio, torna-se necessário dotá-lo de novos contratos de energia, água, telefonia, internet, suprimentos, vigilância, manutenção, limpeza, monitoramento. A definição dos serviços e dos quantitativos e as contratações deverão ser enfrentadas como governança paralelas à execução desta obra.

Vislumbra-se que, durante a execução desta obra, o campus deverá providenciar outros processos licitatórios no sentido de equipar os ambientes pedagógicos de mobiliário adequado às atividades, agilizando assim a ocupação do prédio após o recebimento provisório.

Pela natureza de tais contratações extrapolarem o escopo deste Estudo, sugere-se à alta gestão do IFMT, no momento oportuno, a nomeação de uma comissão para gestão dos itens citados acima e de outros que certamente terão impacto no processo de transição e mudança.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação não encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Mato Grosso – PDI IFMT 2019 - 2023. Deverá, porém ser inserida na prorrogação do PDI 2019/2025, pois trata-se de uma ampliação articulada pelo governo federal, ao qual o IFMT aderiu. No atual PDI existe previsão com os apontados do item 17. Infraestrutura Física e Instalações Acadêmicas, bem como os demais itens pertinentes ao enquadramento das atividades objeto da contratação.

No Plano Anual de contratações, tem-se:

ID PCA no PNCP: 10784782000150-0-000001/2025

Data de publicação no PNCP: 29/02/2024

Id do item no PCA: 841

Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO
Identificador da Futura Contratação: 158144-79/2025

Pelo fato de a construção do campus estar em local isolado, não haverá impacto direto e significativo nos trabalhos corriqueiros e habituais em execução pelo campus. No entanto, sugere-se a designação por portaria, de uma comissão responsável por pensar todo o processo de transição para a nova sede, evitando o surgimento de crises e conflitos inerentes às mudanças organizacionais.

As licenças, outorgas ou autorizações, estão contratadas junto à empresa que desenvolve os projetos arquitetônicos e complementares de engenharia. Demais licenças, outorgas ou autorizações inerentes à obra estarão listadas nas obrigações contratuais da empreiteira contratada para construção.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A construção da sede própria para o campus aponta para benefícios significativos em diversas frentes de atuação.

Em relação aos recursos humanos:

Uma sede que congrega toda estrutura de 40 cargos de professores e 26 técnicos administrativos, e projetada para 800 alunos, projetados pela Portaria MEC 713/21, proporcionará dinamismo nas decisões políticas e de governança que o IFMT executa.

Em relação aos recursos materiais:

Ao construir o prédio próprio, o IFMT terá maior controle sobre as instalações e poderá adaptá-las de acordo com suas necessidades específicas, sem depender de restrições impostas pelos proprietários dos prédios alugados ou de parcerias com outras entidades.

Um ambiente projetado para compartilhamento de informações e de espaços, que internalize a redução de armários e mesas e priorize conectividade, ambientes virtuais, integração visual, mobilidade intra setores, adaptabilidade e digitalização. Estes conceitos e contratos tem potencial de redução da aquisição de materiais de escritório, de mobiliário, de equipamentos tipo impressora, de arquivos. Uma novo campus para um novo tempo.

Em relação aos recursos financeiros:

Um prédio único e novo, permite melhorar a eficiência na gestão dos custos, gestão de pessoas, gestão de acessos, compras compartilhadas e capacitações In Company mais abrangentes. Por fim há um significativo potencial de valorização do patrimônio da União: O prédio próprio pode representar um ativo valioso para a União, além da valorização da própria marca IF junto aos parceiros.

No entanto, há de se ponderar algumas desvantagens:

Com investimento inicial elevado a construção de um prédio próprio e sua ocupação também pode demandar um investimento significativo, o que pode impactar o orçamento do IFMT durante todo o período pré e pós construção.

Responsabilidades adicionais: Como proprietário, o IFMT será responsável pela manutenção, segurança e custos operacionais do prédio, o que pode representar despesas extras e demandar recursos adicionais de gestão.

No conjunto da obra, o que se espera como resultado é um prédio adequado às demandas da educação profissional na região para os próximos 30 anos.

14. Providências a serem Adotadas

O IFMT investe periodicamente na capacitação de seus servidores. As equipes envolvidas nesta contratação já estão sendo preparadas desde 2023 na aplicação da nova lei de licitações e contratos, a Lei 14.133/21. A segregação de funções na construção dos documentos e das atividades busca atender à legislação e envolver o maior número possível de pessoas e de contribuições para que a contratação reflita os reais anseios do IFMT e proporcione a melhor entrega de valor em termos de educação profissional para a região.

Por se tratar de um campus novo, apesar dos esforços preparatórios, vislumbra-se a dificuldade de providenciar tempestivamente todos os documentos, autorizações, liberações, licenças necessárias ao processo licitatório ou à operação da Unidade. Para enfrentamento dessas condicionantes, as equipes envolvidas, inclusive a empresa que elabora os projetos, estão requerendo aos órgãos e entidades os documentos necessários para a plena satisfação do processo que, quando conseguidos, serão anexados ao mesmo.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Uma obra nova tem potencial de impactos ambientais significativos e variados, e é importante considerá-los durante o planejamento e a execução do projeto. Alguns dos impactos ambientais comuns incluem:

1. ****Desmatamento e perda de habitat****: A remoção de vegetação natural para dar lugar à construção pode resultar na perda de habitat para a vida selvagem. Neste caso, não haverá impacto, pois a área encontra-se limpa, sem presença de vegetação original, pronta para uso comercial.
2. ****Poluição do ar e sonora****: A atividade da obra pode gerar emissões de poluentes atmosféricos e ruídos que afetam a qualidade do ar e o bem-estar das pessoas e animais na região. Neste caso, o local da obra é isolado, distante a mais de 100 metros da vizinhança e separados por avenidas. Considerando o nível de ruído habitual de uma obra deste porte e características, as emissões se classificam dentro dos parâmetros aceitáveis.
3. ****Alterações no ciclo hidrológico****: A impermeabilização do solo e a modificação de cursos d'água podem impactar o ciclo natural da água, levando a problemas de drenagem e enchentes. No local da obra, não há cursos d'água e a topografia indica um terreno em auge, facilitando escoamentos e drenagens, contando com sistema público de drenagem já existente nas ruas às quais faz testeira, ao qual será ligado a drenagem projetada.
4. ****Geração de resíduos e entulho****: A construção gera grandes quantidades de resíduos, incluindo materiais de construção, que podem sobrecarregar os sistemas de gerenciamento de resíduos. No caso, indica-se a previsão em contrato da correta coleta e destinação de resíduos, sendo um dos pontos de avaliação pela fiscalização técnica da obra. Na capital do estado, existem empresas especializadas, inclusive cooperativas, na coleta e destinação de resíduos de construção.

Para mitigar esses impactos, os projetos contemplam práticas sustentáveis de construção, como a implementação de sistemas de captação de água da chuva, a minimização de resíduos e a adoção de tecnologias que reduzam as emissões de poluentes. Além disso, a realização de estudos de impacto ambiental e a busca por certificações de construções sustentáveis podem contribuir significativamente para a redução do impacto ambiental de uma obra nova. Posteriormente, no gerenciamento do prédio, outras práticas como reuso de águas, geração de energia solar e urbanismo, previstas nos projetos, devem aumentar a eficiência no uso dos recursos e promover a redução de impactos ambientais.

Ao estudar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis produzido pela CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU/AGU, observa-se que são Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS):

- c. assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. O novo prédio há de prever ambientes de qualidade de vida ao público interno e externo, além de locais de atendimento por profissionais do núcleo de qualidade de vida.
- d. assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos. Entende-se que a atuação do IFMT, educando para a vida e para o trabalho, tem contribuído e continuará contribuindo para atingimento desse objetivo.
- f. assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. O novo prédio deve prever em seus projetos a recepção desses objetivos, incluindo prever sistema de filtragem de água e preservação de reservatórios de modo a possibilitar o consumo de água direto das torneiras, em qualquer ponto.
- i. construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. O novo prédio deve abrigar as demandas do IFMT para os próximos anos. Os projetos devem conter características de facilidade de manutenção e de adaptação de seus ambientes internos, com ambientes flexíveis e espaços dinâmicos de coworking.

I. assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. Os projetos devem contemplar a eficiência energética, com, no mínimo, três eixos de atuação: facilidade de manutenção; monitoramento constante; geração própria, preferencialmente solar e sistema de monitoramento remoto de produção e de consumo de energia, ar condicionado central ou equivalente. Além disso, na definição de equipamentos, o IFMT deverá exigir requisitos mínimos de eficiência energética para equipamentos e instalações, como limites de consumo e exigência de selos de eficiência. Como complementação, o IFMT deve incluir critérios de logística reversa e destinação adequada de resíduos gerados pelos serviços e obras contratados.

Na fase de planejamento, no quesito acessibilidade, o IFMT deve exigir o cumprimento de normas técnicas de acessibilidade, como a ABNT NBR 9050, em todas as instalações, equipamentos e serviços contratados, e solicitar que os projetos de arquitetura, engenharia e tecnologia da informação contemplem soluções de acessibilidade desde o início do planejamento, e avaliar a adequação das soluções propostas. Deve-se detalhar nos editais de contratação, os requisitos de acessibilidade plena, como largura de corredores, altura de balcões, sinalização tátil, sonoro e visual, abertura automática das portas externas, segurança e vigilância eletrônica, sempre que possível, nos pontos de acesso ao edifício, entre outros, com previsão de realização de testes e avaliações de acessibilidade antes da entrega final dos serviços e obras.

É farta a legislação sobre o tema:

Lei nº 13.146, de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 10.098, de 2000 (Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida) - Decreto nº 5.296, de 2004 (Regulamenta Lei nº 10.098, de 2000) - Decreto nº 6.949, de 2009 (Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007) - NBR 9050/ABNT (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos)

Assim, o procedimento licitatório deve prever a necessidade de que esta obra seja executada de modo que as edificações se tornem acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Também há necessidade de criação e reserva de espaços e assentos em auditórios, locais de exposição e de conferências e similares para pessoas com deficiência.

Na elaboração do projeto básico deverão ser considerados: a) se o objeto está de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população; b) se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.

Precauções a serem tomadas quanto aos requisitos de acessibilidade: I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

Na fase de seleção do fornecedor, no item de sustentabilidade socioambiental o IFMT poderá:

- Incluir no edital requisitos relacionados à gestão ambiental da empresa, como a implementação de sistemas de gestão ambiental certificados (ex: ISO 14001).
- Exigir a apresentação de comprovações e certificações sobre o desempenho ambiental dos produtos e serviços ofertados (ex: selos verdes, rótulos ecológicos).
- Considerar a análise do ciclo de vida dos produtos e serviços, priorizando soluções com menor impacto ambiental.
- Estabelecer pontuação diferenciada ou preferência para empresas que adotem práticas de responsabilidade social, como a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Solicitar informações sobre as iniciativas da empresa relacionadas à redução de emissões de gases de efeito estufa, economia de recursos naturais e destinação adequada de resíduos.

Já com relação à acessibilidade, na seleção do fornecedor o IFMT poderá:

- Definir no edital requisitos de acessibilidade obrigatórios para os produtos, serviços e instalações ofertados, com base em normas técnicas vigentes.
- Exigir a apresentação de declarações, certificados ou laudos de acessibilidade, emitidos por profissionais ou entidades especializadas.
- Solicitar informações detalhadas sobre as soluções de acessibilidade propostas, como recursos de tecnologia assistiva, adaptações de ambientes e equipamentos.
- Avaliar a experiência prévia da empresa em projetos e contratações que tenham contemplado a acessibilidade.
- Considerar a avaliação de protótipos ou mock-ups para verificar a efetiva adequação às normas de acessibilidade.

Durante a fase de execução contratual, os principais critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e acessibilidade a serem adotados são:

- Monitoramento do cumprimento dos requisitos de eficiência energética, uso de fontes renováveis e redução de emissões de GEE definidos no contrato.
- Exigência de relatórios periódicos sobre o desempenho ambiental dos serviços e produtos fornecidos.

- Realização de vistorias e auditorias para verificar a adoção de práticas de logística reversa e destinação adequada de resíduos.
- Aplicação de penalidades contratuais em caso de descumprimento dos requisitos de sustentabilidade.
- Incentivo à inovação e à adoção de soluções sustentáveis por parte dos fornecedores, durante a vigência do contrato.

No quesito acessibilidade, durante a fase de execução contratual, o IFMT poderá prever em edital:

- Verificação do cumprimento das normas técnicas de acessibilidade, como a ABNT NBR 9050, em todas as instalações, equipamentos e serviços contratados.
- Realização de avaliações periódicas de acessibilidade, com a participação de pessoas com deficiência, para identificar eventuais adequações necessárias.
- Exigência de relatórios sobre as soluções de acessibilidade implementadas e os resultados obtidos.
- Aplicação de penalidades contratuais em caso de não conformidades relacionadas à acessibilidade.
- Promoção de capacitações e treinamentos para as equipes envolvidas na execução dos contratos, sobre os requisitos e práticas de acessibilidade.

Quanto à gestão contratual, o IFMT poderá prever:

- Definição clara de responsabilidades e obrigações das partes em relação à sustentabilidade socioambiental e acessibilidade.
- Previsão contratual de mecanismos de monitoramento e fiscalização, com a participação de especialistas.
- Acompanhamento da implementação das práticas sustentáveis e de acessibilidade.
- Realização de reuniões periódicas de acompanhamento e avaliação da execução contratual, com a participação de representantes da contratada.
- Elaboração de planos de ação corretiva, em caso de desvios identificados, com prazos e responsabilidades definidos.

Dessa forma, a adoção desses critérios e práticas durante a fase de execução contratual contribuirá para a efetiva implementação das soluções sustentáveis e acessíveis, alinhadas às necessidades e expectativas da Administração Pública e da sociedade.

Outros impactos ambientais podem receber atenção no Edital, sendo:

1. Fiscalização:

- Definição de uma equipe técnica qualificada para realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, com especialistas em sustentabilidade e acessibilidade.
- Realização de vistorias, auditorias e inspeções periódicas para verificar o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade e acessibilidade definidos no contrato.
- Exigência de relatórios periódicos da contratada sobre as ações e resultados alcançados em relação às práticas sustentáveis e de acessibilidade.
- Aplicação de sanções e penalidades contratuais em caso de descumprimento das obrigações relativas à sustentabilidade e acessibilidade.

2. Gestão de resíduos sólidos:

- Definição de requisitos específicos para a coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados durante a execução contratual.
- Exigência da apresentação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) pela contratada, detalhando as práticas de gestão a serem adotadas.
- Estabelecimento de metas de redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada dos resíduos, com base em diretrizes legais e normas técnicas.
- Incentivo à adoção de práticas de logística reversa e economia circular, com a reutilização e reciclagem dos resíduos gerados.
- Envolvimento de organizações da sociedade civil e cooperativas de catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos, quando aplicável.

3. Acessibilidade na fiscalização:

- Garantia de que os locais de realização das fiscalizações e inspeções sejam acessíveis, com a remoção de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais.
- Participação de pessoas com deficiência, ou de suas organizações representativas, nas atividades de fiscalização, quando pertinente.
- Disponibilização de formatos acessíveis de documentos e informações relacionadas à fiscalização e gestão contratual.
- Capacitação da equipe de fiscalização sobre os requisitos e práticas de acessibilidade, a fim de assegurar a plena participação de pessoas com deficiência.

Ao adotar esses critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e acessibilidade durante as fases de fiscalização e gestão de resíduos sólidos, o IFMT reforça seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a inclusão de todos os cidadãos.

O próprio mercado pode ofertar as possibilidades de comprovação e verificação dos critérios inseridos previsto no Edital através de certificações, documentos comprobatórios, amostra, laudos técnicos, etc.

A avaliação do objeto contratual engloba a pesquisa de boas práticas na especificação técnica de bens e serviços, como a consulta aos Cadernos de Logística, Catálogo de Materiais e de Serviços dos Sistemas de Compras dos Governos. Em âmbito Federal existe o CATMAT e o CATSER sustentáveis, todos eles, integrantes deste procedimento licitatório, independente de transição, pois são de conhecimento público nos sites oficiais. Soma-se a estes o Plano de Logística Sustentável do IFMT, disponível em <https://dsplan.ifmt.edu.br/conteudo/pagina/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-do-ifmt/>

Entende-se que tais práticas trarão benefícios diretos e indiretos que o IFMT em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (por exemplo, diminuição do consumo de papel ou de energia elétrica), bem como, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

Todo este esforço passa também pelo licenciamento ambiental, como manifestação prévia ou licença prévia, quando cabíveis, que deverão ser atribuídas à contratada, com previsão no cronograma físico-financeiro, a fim de que seja inserido prazo adequado, evitando-se atrasos na execução contratual e futuras necessidades de prorrogação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A expansão da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica consta do anúncio do governo federal, detalhada no link <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/marco/governo-federal-anuncia-100-novos-campi-de-institutos-federais>

A criação do campus consta no anúncio da expansão, necessitando de servidores, de infraestrutura e de projeto pedagógico.

Cada nova unidade tem custo estimado de R\$ 25 milhões, sendo R\$ 15 milhões para infraestrutura e R\$ 10 milhões para aquisição de equipamentos e mobiliário. Esta contratação faz parte da criação e da consolidação do campus, será feita em terreno próprio e atenderá à demandas iniciais de infraestrutura para início das atividades.

Os custos apresentados correspondem à normalidade dos custos para dotar uma escola de educação profissionalizante com ambientes pedagógicos e administrativos para o início das atividades.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 2229/SRDA/GAB/RTR, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024 equipe de planejamento. Membro Representante da Área Administrativa

FILIPPE MEIRELLES GONCALVES DE FREITAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/02/2025 às 11:56:40.

Despacho: PORTARIA Nº 2229/SRDA/GAB/RTR, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024. Presidente Demandante.

LEONE COVARI

Membro da comissão de contratação

Despacho: Membro - Campus Água Boa PORTARIA Nº 2229/SRDA/GAB/RTR, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024

LENOIR HOECKESFELD

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/02/2025 às 14:58:13.

Despacho: Membro Representante da Área Técnica PORTARIA Nº 2229/SRDA/GAB/RTR, DE 09 DE SETEMBRO DE 2024

FATIMA ELIZABETE DOS REIS MATIAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 13/02/2025 às 12:21:32.